

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Atos normativos

Decisões judiciais

Compilado do mês de novembro de 2020

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

ATO Nº 690 DO TJPE, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A PRÁTICA DE ATOS DE INTIMAÇÃO DIRIGIDOS À DEFENSORIA PÚBLICA DE PERNAMBUCO EM PROCESSOS FÍSICOS MIGRADOS, PREFERENCIALMENTE, ATRAVÉS DO PAINEL DO PJE, COM OBSERVÂNCIA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA TJPE Nº 01/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO Nº 733 DO TJPE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE OS FERIADOS DO ANO DE 2021, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO Nº 736 DO TJPE, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUI A 3ª AÇÃO DE CONCILIAÇÃO VIRTUAL - CEJUSC GOIANA, COM O APOIO DA GERÊNCIA TRATAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES EVENTOS - GDR, DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – NUPEMEC; DEFINE PERÍODO; LOCAL DA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES VIRTUAIS DE CONCILIAÇÃO; DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO Nº 740 DO TJPE, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

DETERMINA A INSTALAÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC DA COMARCA DE LIMOEIRO.

ATO Nº 748 DO TJPE, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUI MUTIRÃO DE ANTECIPAÇÃO DE PAUTA DE AUDIÊNCIAS POR VÍDEO CONFERÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DO ESTADO DE PERNAMBUCO DURANTE A SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.

ATO Nº 803 DO TJPE, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020

TORNA PÚBLICO PROJETO DE RESOLUÇÃO, PARA ABERTURA DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, EM REGIME DE URGÊNCIA, PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS, E POSTERIOR EMISSÃO DE PARECER PELA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO (COJURI), NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 498, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Instruções normativas conjuntas

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12 DO TJPE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 19 DE ABRIL DE 2017, PARA ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO FEDERAL - LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003 E LEI FEDERAL Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.

- Portarias

PORTARIA Nº 32 DO TJPE, DE 29 DE OUTUBRO DE 2020

INSTITUI O COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 33 DO TJPE, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUI, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, A COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CNJ NO 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020.

PORTARIA Nº 35 DO TJPE, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020

ALTERA A COMISSÃO ESPECIAL DE TRABALHO, INSTITUÍDA PELA PORTARIA NO 31, DE 22 DE JULHO DE 2013, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A REVERSÃO AO FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO – FERM.PJPE DAS FONTES DE RECEITA DE QUE TRATAM OS INCISOS I E II DO § 1º DO ART. 4º DA LEI ESTADUAL 14.989, DE 29 DE MAIO DE 2013 (DOE 30.05.2013) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 36 DO TJPE, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA APRIMORAR O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, COM A REVISÃO DE TIPOS DE PROCESSOS E DOCUMENTOS QUE NELE TRAMITAM.

- Protocolo de intenções

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 1 DO TJPE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS TENDENTES À MELHORIA NA GESTÃO MEDIANTE O APERFEIÇOAMENTO DO GERENCIAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DAS ENTIDADES PÚBLICAS JURISDICIONADAS.

- Projetos

PROJETO Nº 14 DO TJPE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PARA INSERIR O CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COORDENADORIA ESTADUAL DE FAMÍLIA.

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 7 DO TJPE, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

RECOMENDA AOS(AS) EXMOS.(AS) SRS.(SRAS.) MAGISTRADOS(AS) CRIMINAIS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO A OBSERVÂNCIA DA OBRIGATORIEDADE DE EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE SOLTURA NO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES – BNMP, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 439 DO TJPE, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 409, DE 18 DE MAIO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DOS COLÉGIOS E DAS TURMAS RECURSAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

RESOLUÇÃO Nº 440 DO TJPE, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUI O CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CIJUSPE.

- Termos de cooperação

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 4 DO TJPE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TJPE E O MUNICÍPIO DO RECIFE, ATRAVÉS DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE, VIABILIZANDO A PARCERIA E A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS ÓRGÃOS SIGNATÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO DE ASSINATURA ELETRÔNICA DA PGM POR MEIO DE ASSINADOR DIGITAL DESENVOLVIDO PELA EMPREL – EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Portarias

PORTARIA Nº 242 DO CNJ, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2020

INSTITUI O COMITÊ DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO.

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 80 DO CNJ, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020

RECOMENDA AOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO A OBSERVÂNCIA DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES DOS PROCEDIMENTOS DE INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS, DE INFORMÁTICA E TELEMÁTICA.

RECOMENDAÇÃO Nº 81 DO CNJ, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2020

PROPÕE PROCEDIMENTOS AO TRATAMENTO DE PESSOAS ACUSADAS, RÉS, CONDENADAS OU PRIVADAS DE LIBERDADE E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E/OU VISUAL, E DÁ DIRETRIZES PARA ASSEGURAR OS DIREITOS DESSA POPULAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA CRIMINAL E DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 354 DO CNJ, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DIGITAL DE ATO PROCESSUAL E DE ORDEM JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PODER EXECUTIVO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Decretos

DECRETO Nº 10.543 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E REGULAMENTA O ART. 5º DA LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020, QUANTO AO NÍVEL MÍNIMO EXIGIDO PARA A ASSINATURA ELETRÔNICA EM INTERAÇÕES COM O ENTE PÚBLICO.

- Notas técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 51.520 DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

ANALISA OS EFEITOS DOS ACORDOS DE SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E DE REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JORNADA E DE SALÁRIO, DE QUE TRATA A LEI 14.020 DE 2020, SOBRE O CÁLCULO DO 13º SALÁRIO E DAS FÉRIAS DOS TRABALHADORES.

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 49.668 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 30 DE OUTUBRO DE 2020

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

PODER LEGISLATIVO

CONGRESSO NACIONAL

- Projetos de lei

PROJETO DE LEI Nº 4.458

ALTERA AS LEIS NºS 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005, 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002, E 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994, PARA ATUALIZAR A LEGISLAÇÃO REFERENTE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL, À RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E À FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

- Leis

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.533

INSTITUI O REGIME JURÍDICO DA TAXA JUDICIÁRIA E DAS CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Decisões judiciais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Contratos escolares

Reconhecendo a vulnerabilidade das instituições de ensino durante a pandemia, TJPE indefere tutela de urgência para a redução de mensalidade escolar

- Contratos de plano de saúde

Vara Cível de Paulista determina que a seguradora proceda à internação de autor com sintomas de Covid-19

- Medidas de prevenção à Covid-19

Vara Única de São João defere tutela de urgência para obstar a realização de eventos políticos que ocasionem aglomerações no município

TRIBUNAIS SUPERIORES

- Astreintes

Segundo o STJ, cumprimento de liminar sem resistência afasta o pagamento de multa diária

- Contratos bancários

Prestação de contas da venda do bem objeto de garantia não pode ser exigida na ação de busca e apreensão

- Contratos de concessão

A rescisão de contrato de concessão comercial deve ser precedida da aplicação de penalidades gradativas

- **Contratos de plano de saúde**

O juízo competente pela recuperação judicial de uma empresa possui competência para a execução de créditos apurados em outros órgãos judiciais

Apenas situações excepcionais obrigam plano de saúde a reembolsar despesas fora da rede credenciada

Cláusula de cobrança mínima em prestação de assistência médica é abusiva se gera desequilíbrio no contrato

Em caso de morte do beneficiário, cancelamento de plano de saúde ocorre com a comunicação à operadora

- **Contratos de plano de saúde**

Segundo o STJ, avaliação neuropsicológica fora do rol da ANS deve ser custeada por plano de saúde

- **Controle de constitucionalidade**

STF decide ser constitucional lei maranhense que amplia as atribuições de oficiais de justiça

STF suspende a eficácia de norma que impedia a cobrança de empréstimos consignados no Rio de Janeiro

- **Direitos de propriedade**

Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, hipoteca dispensa autorização conjugal, mesmo que o casamento tenha sido celebrado sob o Código Civil de 1916

Não há direito real de habitação sobre imóvel comprado pelo falecido em copropriedade com terceiro

- **Direito de sucessões**

3ª Turma do STJ não aceita cumprimento de testamento público que não foi assinado por tabelião

- **Garantias constitucionais**

Data de concurso público deve ser flexibilizada em razão de motivo religioso

- *Habeas Corpus*

A pandemia causada pelo coronavírus não afasta a imprescindibilidade da audiência de custódia, que deve ser realizada, caso necessário, por meio de videoconferência

- Prescrição

Segundo o STJ, prazo prescricional para a cobrança de ressarcimento por reformas começa com rescisão do aluguel

- Questões processuais

STJ anula leilão extrajudicial devido à falta de intimação pessoal do devedor fiduciante

Nas tutelas antecipadas antecedentes, prazo para emenda à petição começa com intimação específica

Juiz tem legitimidade para recorrer de decisão que o declara suspeito para julgar processo

Não é cabível a alteração dos parâmetros do título judicial durante a execução

Independentemente de intimação posterior, o dia da ciência inequívoca da decisão é o termo inicial do prazo para a interposição de recurso pelo Ministério Público

É nula intimação que não ocorreu em nome de todos os advogados conforme pedido pela parte

Corte Superior anula decisão do TJSP que delegava decisão padronizada a juiz de 1º grau

- Recuperação judicial

Empresa em recuperação pode alegar abuso de cláusula contratual como defesa na impugnação de crédito

OUTROS TRIBUNAIS

- Direito do consumidor

Juizado Especial Cível de Alagoas decide que cancelamento de passagem aérea durante a pandemia não enseja reembolso